

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA NOS ESTUDOS DE CASO REALIZADO NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Cristiano Elias¹, Fernanda Reis², Manuel Tchindandi³, Noel Rodrigues⁴

Abstract: This article is based on a Systematic Literature Review, with the adoption of rigorous criteria according to which published and accessible studies on the Decentralization of Skills in the area of Education in Portuguese Municipalities were selected in the RIA and RCAAP databases. The purpose of this investigation is to characterize the decentralization of competences in the area of education in Portuguese municipalities as well as to assess the degree of implementation. A review question was formulated, with the elaboration of the objectives and definition of the keyword inherent to the present study, construction of inclusion/exclusion criteria and the PRISMA systematic review protocol. In the initial research phase, 42 articles were found, but after applying the various inclusion and exclusion criteria, 7 articles remained for analysis. A content analysis was carried out on the final corpus of articles grouped into 3 categories: (i) legislation; (ii) municipalities; (iii) school clusters and (iv) perspectives for future studies. The analysis addressed, among others, the need to: (i) identify obstacles and difficulties in implementing the decentralization of competences; (ii) explore the implementation of decentralizing measures in municipalities; (iii) explore the perceptions of school groups regarding the decentralization of skills; (iv) present recommendations for future studies. Evidence stands out that the decentralization process in administrative and financial terms has already been fully implemented, although there is a path to implementation in pedagogical aspects.

Keywords: municipality, decentralization, education, local power.

Resumo: Este artigo, assenta numa Revisão Sistemática de Literatura, com adoção de critérios rigorosos segundo os quais foram selecionados estudos, publicados e acessíveis, sobre Descentralização de Competências na área da Educação nos Municípios Portugueses nas bases de dados RIA e a RCAAP. A presente investigação apresenta como finalidade a caracterização da descentralização de competências na área da educação nos municípios portugueses, assim como, aferir o grau de implementação. Formulou-se uma questão de revisão, com elaboração dos objetivos e definição da palavra-chave inerente ao presente estudo, construção de critérios de inclusão/exclusão e o protocolo PRISMA de revisão sistemática. Encontraram-se na fase inicial de pesquisa 42 artigos, mas após a aplicação dos vários critérios de inclusão e exclusão, restaram 7 artigos para análise. Efetuou-se uma análise de conteúdo ao corpus final de artigos com agrupamento em 4 categorias: (i) legislação; (ii) municípios; (iii) agrupamentos de escolas e (iv) perspetivas para futuros estudos. A análise abordou, entre outras, a necessidade de: (i) identificar obstáculos e dificuldades na implementação da descentralização de competências; (ii) explorar a implementação das medidas descentralizadoras nos municípios; (iii) explorar as perceções dos agrupamentos de escolas acerca da descentralização de competências; (iv) apresentar recomendações para futuros estudos. Destacam-se evidências de que o processo de descentralização em termos administrativos e financeiros já estão implementados na sua plenitude, existindo, contudo, um caminho para a implementação nos aspetos pedagógicos.

¹ PhD Candidate, Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: cristianoelias@ua.pt

² PhD Candidate, Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: frm@ua.pt

³ PhD Candidate, Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: manueltchindand@ua.pt

⁴ PhD Candidate, Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: noel.goncalves@ua.pt

Palavras-chave: autarquias, descentralização, educação, poder local

Ж

Em consonância com Lira (2022), a discussão sobre o papel do Estado na sociedade tem levado a profundas reestruturações no setor público nas últimas décadas, com mudanças na atuação e funcionamento das organizações públicas. Os estudos de Louro (2004) reforçam essa ideia, afirmando que as autarquias portuguesas e os estabelecimentos de educação têm ganhado cada vez mais importância na área educacional. Esse movimento de atribuição de poder às instâncias locais na educação está presente nos sucessivos diplomas legais que visam descentralizar e dar autonomia educativa.

No entanto, Bico (2019), sublinha que o equilíbrio entre controle e autonomia não pode ser alcançado apenas pela redistribuição de competências. É necessário alterar as estruturas, modos de funcionamento e objetivos da administração central e local. A descentralização é uma resposta para aproximar o centro da periferia, e a territorialização busca articular as diversas entidades decisórias do país.

Esse processo descentralizador tem a sua base no Decreto-Lei n.º 115A/98, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, incluindo os agrupamentos escolares. A autonomia é definida como o poder concedido à escola pela administração educativa para tomar decisões nas áreas estratégicas, nomeadamente a área pedagógica, administrativa, financeira e organizacional, de acordo com o seu projeto educativo, competências e recursos a ela atribuídas.

É importante mencionar que esse movimento descentralizador visa aliviar as prerrogativas do Estado central na gestão dos sistemas educativos, transferindo-as para atores locais. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, materializa esse quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais na área da educação, respeitando os princípios de uma melhor gestão e a autonomia das escolas. (Araújo, 2023).

Os estudos em análise nesta pesquisa, evidenciam que as competências educativas das autarquias portuguesas são bastante limitadas, assim como a autonomia das escolas, o que dificulta o desenvolvimento de políticas educativas locais. Embora haja uma legislação que propõe descentralização do sistema educativo, as principais funções continuam a ser desempenhadas a nível central ou em estruturas hierarquicamente dependentes do poder central, como as Direções Regionais de Educação. Por outro lado, as autarquias e as escolas, desejam ir além da municipalização da educação, buscando uma descentralização efetiva que

inclua a criação de um currículo flexível regional, mais recursos financeiros e pessoal do governo para operacionalizar essa descentralização. Nesse processo, os participantes - autarcas e diretores - reconhecem a importância de uma descentralização construtiva e participativa, que atenda às necessidades locais e permita a reflexão, experimentação e validação, criando um caminho que esteja alinhado com a realidade local. (Bico, 2019).

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotou-se como metodologia a Revisão Sistemática da Literatura, baseada em evidências científicas levantadas em algumas bases de dados sobre a descentralização de competências em educação no contexto português. A RSL é um procedimento metodológico que consiste em recolher dados sobre o objecto de estudo, que possibilita obter evidências científicas, a partir dos dados seleccionados. Na lógica de Coutinho (2023), a RSL objetiva-se em situar o estudo no contexto e, com isso, estabelecer um vínculo entre o conhecimento existente sobre o tema e o problema que se pretende investigar. Porém, esta metodologia, constitui-se eficaz na medida em que permite conhecer melhor o objecto de estudo e ao potenciar a credibilidade da investigação ao relacionar e conectar a investigação prévia com o problema objecto da investigação (Coutinho, 2023, p.59).

Para Gonçalves et al. (2015), a RSL “possibilita uma investigação que visa identificar evidências relacionadas a um problema específico de pesquisa, com intuito de destacar ideias, posturas e opiniões de autores, publicadas na área de conhecimento que se insere” Além disso, essa metodologia utiliza a literatura sobre determinado tema como fonte primária de dados, a fim de obter um resumo de evidências, mediante a sistematização e aplicação de métodos explícitos de busca, apreciação crítica e síntese de informação seleccionada (Sampaio, 2007).

Entendemos, porém, que desta forma, a RSL não é uma simples revisão de literatura ou bibliográfica, pois ela fornece, além dos conceitos, novos caminhos e investigações futuras e mostra o que já foi feito e, ao passo que a revisão da literatura fornece apenas uma base teórica e conceitual de um determinado tema. Refere-se, também, que este trabalho se enquadra no Paradigma Interpretativo, de natureza qualitativa, sendo que o nível de abordagem é descritivo com recurso à análise de conteúdo (Bardin, 2011). Ainda assim, a RSL é uma metodologia utilizada academicamente, que permite pesquisar e interpretar trabalhos que foram produzidos em torno de uma temática. Assim sendo, na próxima secção traçaremos o enquadramento geral relativo a metodologia apresentada que se circunscreve na finalidade, questão, objectivos e os métodos utilizados para a recolha de dados.

FINALIDADE, QUESTÃO, OBJETIVOS E RECOLHA DE DADOS PARA INVESTIGAÇÃO

Finalidade: Caracterização da descentralização de competências na área da educação nos municípios portugueses.

Questão 1: Qual é o grau de implementação da descentralização de competências em educação nos municípios portugueses?

Objetivo 1.1: Identificar, selecionar e analisar estudos sobre descentralização de competências em educação nos municípios portugueses.

PROTOCOLO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Para efeitos da RSL, foram incluídos artigos disponibilizados nas bases de dados RCAAP e RIA. Essa escolha deve-se à sua relevância, pois constituem-se como bases de dados de referência no universo académico. Para a pesquisa foi definida a palavra-chave condutora da pesquisa: “Descentralização de competências - educação”. A partir dos resultados alcançados, visualizaram-se os títulos e resumos dos artigos encontrados (n=42, sendo: RCAAP = 19, RIA = 23), todos no idioma português, all open access, área das Ciências Sociais, artigos finais, com o objetivo de identificar os que se relacionavam com a descentralização de competências na área da educação. Ademais, o levantamento nas bases de dados foi realizado no período entre outubro e novembro de 2023 e esta busca foi feita em base de dados portuguesa (RCAAP=4 e RIA=3), num total de 7 artigos, cuja palavra chave para a busca foi descrita anteriormente.

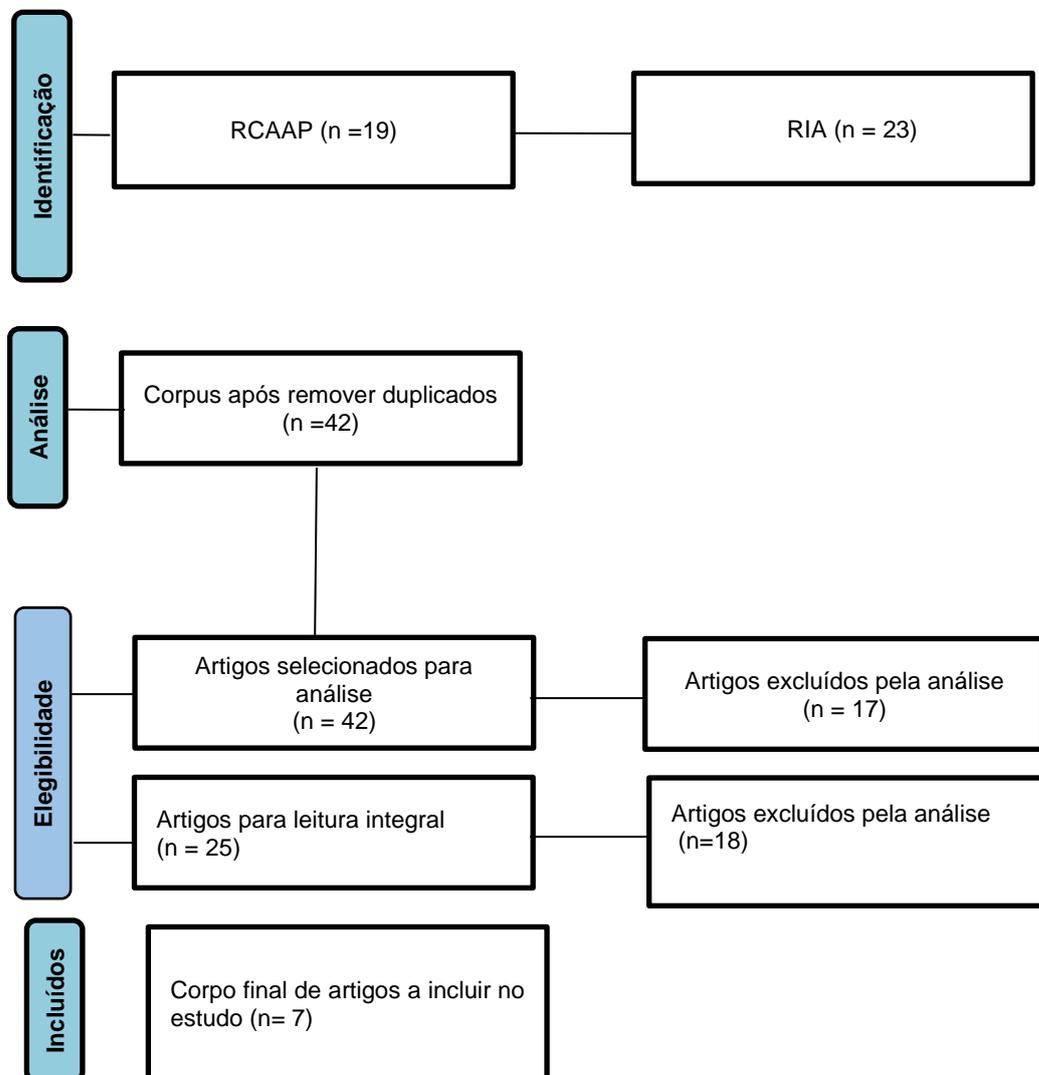
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Esse primeiro levantamento, apresentado na subsecção anterior, apresenta um conjunto de artigos cujos títulos se enquadram na palavra-chave definida. No que diz respeito à construção dos critérios de inclusão e exclusão, foram considerados três pontos essenciais, de forma a agilizar o processo de revisão sistemática como o rigor científico, a credibilidade e a relevância. Porém, para este estudo, que assenta numa RSL, os critérios de inclusão e exclusão, estão descritos na tabela 1 deste trabalho.

Tabela 1- Critérios de inclusão e exclusão para pesquisa

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Artigos disponíveis na base de dados RCAAP e RIA	Artigos disponíveis em outras bases de dados que não sejam RCAAP e RIA
Artigos que aborda a descentralização de Competências em Portugal	Artigos que abordam descentralização de Competências fora de Portugal
Artigos escritos entre 2004 e 2023	Artigos não escritos entre 2004 e 2023
Artigos completos publicados	Artigos publicados como resumo
Artigos escritos em português	Artigos escritos em outros idiomas que não seja o português

O diagrama 1, apresenta o protocolo PRISMA de RSL com resultados de aplicação dos critérios de exclusão.



CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Assim, construiu-se um CORPUS documental final composto por 7 artigos conforme a Tabela 2. Na tabela 3 apresentam-se os artigos codificados de A1 a A7. As referências dos artigos estão organizadas alfabeticamente pelo último nome do primeiro autor e inclui, ainda, o país de realização do estudo.

Tabela 2 - Base de dados de pesquisa

Identificação da Base de Dados	Artigos Selecionados para Análise	Artigos Excluídos para análise
Repositórios Científicos de cesso Aberto de Portugal (RCAAP)	4	18
Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA)	3	22

Tabela 3 - Corpo de Análise

Artigo	Ano de Publicação	Referências	País / Concelho
A 1	2023	Araújo, S. (2023) Descentralização de competências na área da educação: O caso do Município de Valpaços. 30.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Universidade do Minho. http://hdl.handle.net/10198/28645	Portugal Valpaços
A 2	2019	Bico, J. (2019) Descentralização da educação no Concelho de Setúbal - O papel do Conselho Municipal de Educação. Universidade Aberta. http://hdl.handle.net/10400.2/8468	Portugal Setúbal
A3	2016	Castanheira, N. Gonçalves, M. (2016) os municípios e as AEC: tendências descentralizadoras da política educativa em Portugal. http://revistas.uam.es/reice/article/view/2708/2935	Portugal
A 4	2022	Lira, M., Costa, J., Garcia, R. (2022) A descentralização de competências na área da educação: o caso do município da Covilhã. http://doi.org/10.52224/21845263/rev37a3	Portugal Covilhã
A 5	2004	Louro, P, Fernandes P. (2004) A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.12/216	Portugal A.M. de Lisboa
A6	2010	Pereira, M.R. (2010) municípios e educação em Portugal: um processo de “municipalização”? http://hdl.handle.net/10773/1091	Portugal
A7	2019	Santos, S., Neves, R., Marques, J. L. (2019) Políticas educativas locais, cartas educativas e planos estratégicos educativos – desafios e decisões em dois contextos. http://hdl.handle.net/10773/38315	Portugal

CATEGORIAS DE ANÁLISE

Na perspetiva de Bardin (2011), a utilização da análise de conteúdo prevê as seguintes fases fundamentais:

- (I) Pré-análise;
- (II) Exploração do material;
- (III) Tratamento dos resultados.

Deste modo, estabelecem-se diferentes níveis de análise, separados em diferentes categorias. As categorias dizem respeito às intenções do investigador, aos objetivos da pesquisa e à questão norteadora. Defende que se as categorias forem bem definidas, claras e produtivas, então não haverá distorções decorrentes da subjetividade dos analistas, por outro lado, estas deverão ser produtivas, ou seja, conduzem a resultados férteis em inferências, em novas hipóteses e dados. Na tabela 4, e de acordo com os objetivos específicos associados a questão de revisão, definiram-se quatro categorias de análise dos artigos e respetivas subcategorias.

Tabela 4 - Categorias e subcategorias de análise

A) Legislação	B) Municípios	c) Agrupamentos de Escolas	d) Perspectivas para futuros estudos
Leis; Decretos-Leis; Circulares; Recomendações	Dificuldades enunciadas; Aplicação da Legislação	Dificuldades enunciadas; Aplicação da legislação	Como potenciar a descentralização de competências com a intervenção voluntária e participativa dos municípios e agrupamentos de escolas

RESULTADOS

A terceira fase do processo de análise do conteúdo reside no tratamento dos resultados - a inferência e interpretação. Pretendem-se resultados significativos e válidos, uma interpretação que vá além do conteúdo presente nos documentos, interessando o conteúdo latente - o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido. (Bardin, 2006)

A) Legislação

Em Portugal, onde a administração centralizada prevaleceu por muito tempo, a regulação nacional foi dominante. No entanto, com os efeitos da globalização, a regulação nacional começou a falhar, ao mesmo tempo em que a regulação transnacional emergia. No entanto, é

importante salientar que a regulação transnacional, ao reproduzir modelos e práticas internacionais em cada país, não significa a homogeneização dos sistemas educativos, pois cada um é fortemente influenciado por seu próprio contexto histórico, político e hábitos sociais.

Conscientes dessa realidade, os decisores políticos começaram a considerar os atores locais e a transformar o conceito de educação pela emergência do local. Verifica-se que nem o modelo padronizado imposto pelo poder central, que serve todas as escolas, é o mais adequado, nem as propostas internacionais são o milagre anunciado. Surge a necessidade de um novo modelo que localize as políticas educativas, que leve em consideração os interesses da comunidade e que a envolva na definição e implementação dessas políticas.

Nos últimos dez anos, em Portugal, foram implementadas políticas educativas com o objetivo de promover a educação local como um espaço privilegiado. Isso ocorreu por meio da delegação ou transferência de competências, fortalecimento da autonomia das escolas e territorialização das políticas educativas. De acordo com Araújo (2023), essas iniciativas nem sempre foram bem-sucedidas, pois não conseguiram alterar de forma significativa o caráter centralizador do sistema educativo ou não produziram consequências profundas na reestruturação do modelo administrativo.

B) Municípios

A descentralização pode ser compreendida como um processo político-administrativo que cria múltiplos poderes independentes, onde há convergência e conflito de interesses entre o Estado e as entidades autônomas. Esses poderes possuem sistemas próprios de comando, gestão, financiamento, realização e fiscalização. Dessa forma, a administração central utiliza essa lógica para devolver sua autoridade sobre determinadas áreas específicas, transferindo-a integralmente para entidades independentes. Além disso, ela também pode delegar temporariamente essa autoridade para níveis administrativos mais baixos e mais próximos aos cidadãos, como as autarquias. “A descentralização envolve a transferência de poder do governo central para os municípios estando sempre presente uma autonomia administrativa, financeira e política. Deste modo, surge uma nova forma de regulação do sistema educativo, a regulação local.” (Louro, 2004) Ou seja, os diversos agentes de diferentes níveis de atuação desempenham um papel, e as ações que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por uma variedade de dispositivos regulatórios, abandonando a concepção das políticas educativas de forma unidirecional, do topo para a base. O local deixa de ser visto como um espaço regulado para ser entendido como um espaço com múltiplas formas de regulação. No que diz respeito aos municípios, eles estabelecem uma relação direta com a escola através dos seus órgãos específicos, intervindo no contexto de atuação. Os municípios podem tomar o poder

de forma a descentralizar competências do centro para a periferia, substituindo o poder central, também conhecido como municipalização.

C) Agrupamento de escolas

As questões fundamentais da educação continuam a ser de responsabilidade do poder central, o que indica que a descentralização ainda é mais um discurso do que uma realidade. As medidas que foram decretadas até agora têm sido isoladas e, em alguns casos, contraditórias, enquanto as resistências entre escolas/agrupamentos e municípios ainda prevalecem. A criação do conselho municipal de educação é o resultado de uma política pública colocada em prática com o envolvimento de uma multiplicidade de atores que transformaram e adaptaram essa política aos seus contextos locais. Em consonância com Pereira (2010), “a sua implementação resulta num sistema híbrido entre a regulamentação nacional, baseada no controlo da administração central, e a regulação local intermédia, fundada na especificidade de cada regime local, nos espaços de regulação autónoma das autarquias e dos diversos atores”.

CONCLUSÃO

Após a revisão sistemática da literatura “não se consegue perceber se corresponde a uma efetiva descentralização de competências ou apenas a uma mera transferência de encargos.” Castanheira, N. (2016), Ou seja, o cerne da questão não se prende com a premissa da validade ou não da descentralização pois não é a descentralização que está em causa, mas a forma como ela é feita. Por outras palavras, poder central e local partilham da mesma perspectiva teórica favorável à descentralização educativa, mas divergem na forma como essa descentralização se concretiza. (Pereira, M., 2010).

Esta transferência é sempre alvo de acesa discussão, sobretudo porque, sustentam alguns, não é tão ambiciosa quanto o devia ser e, considera a larga maioria, não se faz acompanhar do devido enquadramento financeiro que possibilite aos Municípios a sua mais eficaz aplicação. Esta questão financeira acaba frequentemente por ser a pedra de toque de toda a polémica, muitas vezes encimando todas as críticas feitas e motivo ainda de algumas reservas quanto à eficiência da municipalização. Pereira, M. (2010). Dos estudos de caso analisados verifica-se que é devido “à falta de contrapartidas financeiras como um dos principais entraves à execução das transferências de competências para os municípios.” Castanheira, N. (2016).

No entanto, as práticas evidenciam a existência de uma certa diversidade na intervenção educativa dos municípios portugueses, tanto no que diz respeito à execução das competências legalmente atribuídas, como relativamente ao trabalho desempenhado por iniciativa própria.

Podemos afirmar, então, que os municípios têm vindo a ganhar um papel relevante em termos da sua ação educativa. Com efeito, para além do que formalmente lhes está atribuído como competências, existe toda uma panóplia de acções, de atividades e de intervenções no domínio da educação, que o demonstram. Ou seja, o município deixa, de certa forma, de assumir um papel tradicional de simples executor local da política educativa estatal, passando progressivamente a intervir autonomamente.

Na perspectiva de Castanheira N. (2016), o envolvimento, por parte dos municípios, poderia ser maior, “na medida em que os municípios estariam dispostos a ter mais competências em matérias escolares caso houvesse as devidas contrapartidas financeiras para esse efeito.” Em paralelo, “as escolas evidenciam um certo individualismo no desempenho da sua função, o que constitui uma resistência ao desenvolvimento de uma política local de educação.” (Santos, 2019)

Na definição de estratégias educativas locais, o poder local assume um papel central neste processo. Esta estrutura é responsável por promover a participação dos agentes educativos nos processos de construção de estratégias educativas garantindo a representatividade de todos os grupos que têm um papel ativo neste ramo, tais como as crianças e jovens, corpo docente e não docente, encarregados de educação e outros agentes que se considere importante ouvir como as associações, empresas e coletividades. Santos, S. (2019)

Na conceção de Pereira (2010) os sucessivos diplomas legais propõem-se reforçar ou superar lacunas da legislação que lhe é precedente, o que, juntamente com a factual constatação do incumprimento do estipulado, deixa perceber que aos intentos políticos e legais nem sempre correspondem a devida concretização prática. Com efeito poderá falar-se de gestão municipal da educação e não de municipalização, dado que, em última análise, é esse o papel dos municípios.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A amostragem é uma limitação da presente Revisão Sistemática da Literatura, pois foi realizado através da busca em duas plataformas de pesquisa de artigos científicos, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA), uma vez que existem outras várias plataformas que poderiam ser exploradas, podendo existir outros trabalhos relevantes que não foram analisados. A questão da língua é outra limitação, pois encontraríamos estudos nos diversos idiomas não pesquisados. Como foram analisados artigos somente de duas plataformas o viés é possível, devido à falta de pluralidade dos artigos analisados, levando a uma visão distorcida do campo de pesquisa.

Configura limitação a questão da temporalidade, devido ao pouco tempo para realizar a revisão sistemática da literatura e também a pouca experiência dos pesquisadores. Essas limitações não necessariamente invalidam o referido estudo, em vez disto, elas destacam a necessidade de outras abordagens e revisões mais criteriosas.

Esta revisão sistemática da literatura (RSL) apresenta também a limitação da escassez de trabalhos publicados sobre descentralização de competências, especialmente utilizando a metodologia de estudo de caso. Isso dificultou a recolha de conteúdos e informações importantes para o desenvolvimento deste artigo. Para aprofundar a análise da implementação da descentralização de competências, a pesquisa pode ser ampliada para incluir outras bases de dados, como as do contexto brasileiro, com a realização da triangulação com as novas informações obtidas. Outras limitações incluem a restrição da pesquisa por artigos em português e em bases de dados online, além do acesso aberto dos artigos e dos critérios específicos de inclusão e exclusão. Estes critérios podem ter levado à exclusão de textos relevantes para este estudo.

Por fim, ressalta-se a subjetividade inerente aos pesquisadores na interpretação de títulos e resumos, que às vezes são vagos ou subjetivos, dificultando a aplicação dos critérios previstos para esta revisão sistemática da literatura.

FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Para futuras investigações a partir desta Revisão Sistemática da Literatura sugerimos buscas em outras plataformas de pesquisa de artigos científicos, tanto em nível nacional quanto internacional, para garantir uma representação mais abrangente da literatura disponível sobre o tema em questão, a fim de minimizar o viés decorrente da seleção limitada de artigos. Assim como, alocar mais tempo para a revisão sistemática da literatura, para garantir a inclusão de estudos mais recentes e relevantes. Além disso, envolver pesquisadores mais experientes no processo de revisão pode contribuir para uma análise mais fundamentada. Essas sugestões visam contribuir para futuras investigações mais abrangentes e criteriosas.

Os resultados obtidos nesta RSL consistem numa base inicial para futuras investigações na área específica da descentralização de competências na área da educação nos municípios portugueses.

Assim, apresentam-se sugestões de questões para futuras investigações, tais como:

(i) como potenciar a descentralização de competências com a intervenção voluntária e participativa dos municípios e agrupamentos de escolas?

(ii) como conceber, planear, validar, intervir, refletir e avaliar os programas educativos locais sem a perda da autonomia pedagógica das Escolas?

(iii) como equacionar a descentralização de competências num contexto de um currículo nacional?

REFERÊNCIAS

- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Universidade Aberta.
<http://hdl.handle.net/10400.2/2028>
- Araújo, S. (2023). Descentralização de competências na área da educação: O caso do Município de Valpaços. 30º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Universidade do Minho.
<http://hdl.handle.net/10198/28645>
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.
- Bico, J. (2019). *Descentralização da educação no Concelho de Setúbal - O papel do Conselho Municipal de Educação*. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/8468>
- Castanheira, N. Gonçalves, M. (2016). *Os municípios e as AEC: tendências descentralizadoras da política educativa em Portugal*. <https://revistas.uam.es/reice/article/view/2708/2935>
- Lira, M., Costa, J., Garcia, R. (2022). *A descentralização de competências na área da educação: o caso do município da Covilhã*. <https://doi.org/10.52224/21845263/rev37a3>
- Louro, P., Fernandes P. (2004). *A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa*. <http://hdl.handle.net/10400.12/216>
- Pereira, M.R. (2010). *Municípios e educação em Portugal: um processo de “municipalização”?*
<http://hdl.handle.net/10773/1091>
- Sampaio, R. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11 (89). <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Santos, S., Neves, R., Marques, J. L. (2019). *Políticas educativas locais, cartas educativas e planos estratégicos educativos – desafios e decisões em dois contextos*. <http://hdl.handle.net/10773/38315>

Submetido em: 07/03/2024

Revisões requeridas: 16/07/2024

Aprovado em: 20/09/2024

Publicado em: 22/09/2024